



1 de Novembro de 2005

Reunião do Conselho Permanente **26, 27 e 28 de Outubro de 2005**

Relatório

O Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas reuniu-se nos dias 26, 27 e 28 de Outubro de 2005 na Sala Alexandre Herculano, na Assembleia da República Portuguesa.

Participaram na reunião os seguintes Conselheiros:

- Carlos Pereira (França, Presidente)
- Alcides Martins (Brasil, 1º Vice-Presidente)
- José João Morais (Estados Unidos, 2º Vice-Presidente)
- Inácio Pereira (Venezuela, 1º Secretário)
- Laurentino Esteves (Canadá, 2º Secretário)
- Amadeu Batel (Suécia) em representação de Rui Paz (Alemanha)
- António de Almeida e Silva (Brasil)
- António Pires (Moçambique)
- Eduardo Dias (Luxemburgo)
- Gabriel Fernandes (Reino Unido)
- Jorge Silva (Suíça) em representação de Manuel Beja (Suíça)
- José Figueiredo (Estados Unidos)
- José Pereira Coutinho (Macau)
- Manuel Coelho (Namíbia)
- Mário Pereira (Venezuela) em representação de José Luis Ferreira (Venezuela)

Conselheiros que, embora não façam parte do Conselho Permanente, assistiram à reunião, enquanto observadores:

- Ana Carla Ferreira (França)
- Artur Cabugueira (Zimbabué)
- Claudinor Salomão (Estados Unidos)
- Luis Panasco (Uruguai)
- Silvério Silva (África do Sul)

Programa global da reunião:

26 de Outubro

- 09h15 horas – Início dos trabalhos
- 12h30 horas – Almoço na Assembleia da República
- 14h00 horas – Reinício dos trabalhos / Encontro com o Secretário-Geral do STCDE (Jorge Veludo)
- 18h00 horas – Encontro com o Administrador da RTP (Gonçalo Reis), com o Director da RTPinternacional (Lopes Araújo), com o Director da RDPinternacional (Jorge Gonçalves) e com o Director de Informação (Luis Marinho).

27 de Outubro

- 09h15 horas – Início dos trabalhos
- 10h30 horas – Encontro com o Grupo Parlamentar do PSD (Deputados José Cesário, Carlos Gonçalves, Nuno Gonçalo dos Santos)
- 11h30 horas – Encontro com o Grupo Parlamentar do PCP (Deputada Luisa Mesquita e assessora Ana Serrano)
- 12h30 horas – Encontro com o Grupo Parlamentar do PS (Deputados Maria Carrilho, Renato Leal, Matilde Sousa Franco, Isabel Vigia e Maria Helena Rodrigues)
- 13h30 horas – Almoço na Assembleia da República
- 15h00 horas – Reinício dos trabalhos
- 15h30 horas – Encontro com a Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
- 17h00 horas – Encontro com o Grupo Parlamentar do CDS/PP (Deputado João Rebelo)
- 20h00 horas – Jantar oferecido pelo Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

28 de Outubro

- 09h30 horas – Encontro com o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas
- 13h00 horas – Almoço na Assembleia da República
- 14h00 horas – Reinício dos trabalhos
- 17h30 horas – Encerramento dos trabalhos

Breve resumo das principais conclusões da reunião:

Organização interna

Contexto: Até aqui, o Conselho Permanente estava a funcionar com “Pelouros” temáticos e com Conselheiros “referentes” segundo os temas.

Objectivo: Analisar o nosso modo de funcionamento, ajustar o que não está a correr bem e adaptar à nova Plataforma que foi aprovada no Plenário.

Conclusões:

- A discussão sobre a proposta de alteração à Lei do CCP permitiu (de certa forma inconscientemente) de fazer uma auto-avaliação do funcionamento do Conselho.
- Após análise do funcionamento do Conselho Permanente, ficou aprovada uma nova distribuição dos Pelouros (ver adiante) mais adaptada ao Manifesto aprovado no Plenário (a maior parte dos Pelouros foram reconduzidos).
- O Conselho Permanente está preocupado com o facto que alguns dos seus membros não participam nas reuniões e decidiu chamar a atenção para esses casos.
- O Secretariado do Conselho Permanente deve reunir em data próxima para fixar novas regras de funcionamento do CP e fazer propostas de alteração ao regulamento interno.
- Nesta reunião deve ser preparada uma nova forma de gestão das despesas da reunião.
- A data da próxima reunião do Conselho Permanente ficou marcada para os próximos dias 30 e 31 de Março e 1 de Abril de 2006.

Articulação com o SECP

Contexto: Até agora, o SECP só formulou uma única consulta ao CCP. Por outro lado, já anunciou uma série de medidas e já apresentou até textos à Assembleia da República, sem levarem a opinião do Conselho.

Objectivo: Que o SECP nos explique como, quando e sobre que temas tenciona consultar o CCP. Articular o nosso funcionamento com o da Secretaria de Estado para termos garantias, uns e outros, que estamos a trabalhar para a mesma causa.

Conclusões:

- O SECP garantiu ao Conselho Permanente que quer continuar a ouvir o CCP e lhe dá uma grande importância.
- Todos os assuntos lhe parecem sujeitos a consulta, mas não quer especulação pública.
- O SECP entregou mais duas consultas ao CCP: uma sobre a dupla tributação e outra sobre a contagem de tempo do serviço militar para ex-combatentes.
- O SECP anunciou o lançamento de uma revista para as comunidades. Os Conselheiros sugeriram que não se deve ignorar os muitos órgãos de comunicação social portugueses no estrangeiro.
- O SECP anunciou a criação de um Fórum de luso-eleitos (para o qual vai solicitar parecer ao CCP).
- O SECP anunciou que vai criar um Prémio para dar notoriedade a lusodescendentes residentes no estrangeiro (para o qual vai solicitar parecer ao CCP).
- Nas deslocações que vai fazer ao estrangeiro, o SECP garantiu que se encontrará sempre com os Conselheiros das Comunidades.

Articulação com os Deputados

Contexto: O CCP quase que nunca foi consultado pelos Deputados (grande parte desconhecerá mesmo a sua existência) e em particular pela Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros.

Objectivo: Estabelecer contactos mais regulares com a Comissão Parlamentar e com os Grupos Parlamentares de todas as forças políticas com vista a próximas auscultações. Ter as garantias que o Parlamento solicitará ao Governo que, às propostas que este apresentar na AR, sejam anexadas as opiniões do CCP.

Conclusões:

- Os Conselheiros solicitaram a os Grupos Parlamentares do PS, PSD, PCP e CDS/PP, uma atenção maior na relação com o CCP, em questões relacionadas com as Comunidades. Em geral, encontrou eco positivo em todos estes Grupos Parlamentares.
- O Deputado José Luis Arnault, Presidente da Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros, fez votos para que o diálogo entre a Comissão Parlamentar e o CCP seja efectivo.
- O Deputado José Cesário (PSD) propõe que, duas vezes por ano, a Comissão Parlamentar se reuna com o Conselho Permanente e um Conselho Regional do CCP. A Comissão deve analisar a proposta na próxima reunião.
- O Deputado Vera Jardim (PS) concorda com a audição ao CCP e quer “criar uma dinâmica nova de consulta ao Conselho. Temos de congregar o nosso dever de consulta com o vosso direito de ser consultados” disse. Garantiu também que não há uma única reunião da Comissão Parlamentar sem que não se fale de Comunidades.
- A Deputada Maria Carrilho (PS) sugeriu que houvesse mais troca de documentação entre a Comissão Parlamentar e os Conselheiros.
- Os Conselheiros citaram a recente alteração da Lei da eleição do Presidente da República, apresentado pelo PS, sem consulta do CCP.
- O Grupo Parlamentar do PCP garantiu que continuará sempre a pedir a opinião dos Conselheiros sobre os assuntos relacionados com as Comunidades Portuguesas.
- O grupo Parlamentar do CDS/PP diz que as relações entre o CCP e o Parlamento devem ser mais regulares e a AR até pode suportar os custos com a realização de algumas reuniões de consulta, sempre que tal se justifique. O Deputado João Rebelo disse que a AR já tem a tradição de ouvir vários grupos (como por exemplo os sindicatos) e por conseguinte acha que também deve ouvir mais o CCP.

Consulta sobre a Lei do CCP

Contexto: O SECP consultou o CCP sobre a Lei do Conselho. Recebemos respostas de vários Conselheiros.

Objectivo: Aprovar um texto resposta à consulta do SECP e entregá-lo.

Conclusões:

- Após um longo debate interno o Conselho Permanente elaborou um texto (ver anexo) que considera serem apenas tendências. Sugeriu ao SECP que o processo não termine para já e que a reflexão continue.
- O SECP acedeu à proposta de criação duma Comissão para trabalhar nesta proposta de Lei.
- Fazem parte desta Comissão: Carlos Pereira, Alcides Martins, Inácio Pereira e António de Almeida e Silva.

Orçamento do CCP

Contexto: O Conselho Permanente apresentou um orçamento para 2006, ao SECP.

Objectivo: Ter as garantias que o SECP aceita este orçamento e que ele foi inscrito no Orçamento de Estado.

Conclusões:

- O Grupo Parlamentar do PSD não sabia ainda se iria fazer proposta de aumento do orçamento do CCP.
- O Grupo Parlamentar do PS (na voz do Deputado Vera Jardim) prometeu alertar o Governo para que o Conselho tenha os meios para funcionar.
- O Grupo Parlamentar do PCP prometeu intervir no debate sobre esta questão.
- O Grupo Parlamentar do CDS/PP disponibilizou-se para intervir em sede de orçamento para pedir um aumento do orçamento do CCP.
- O SECP garantiu aos Conselheiros que não haverá cativação dos 15% no orçamento do CCP (230.000 euros).
- Garantiu também que a verba pode ser ultrapassada até aos 250.000 euros solicitados para garantir que se realizem as reuniões previstas na Lei.
- O SECP garantiu aos Conselheiros que quer dar os meios necessários ao CCP para funcionar.

Financiamento do Conselho

Contexto: O Conselho Permanente trabalhou com o anterior Governo com vista à alteração do financiamento do CCP. O ex-SECP tinha proposto uma fórmula de financiamento (aceite pelo Ministério das Finanças) em que as verbas seriam adiantadas aos Conselheiros. Foi pedido ao actual SECP que aplique esta fórmula que o Conselho Permanente já tinha aceite.

Objectivo: Que o SECP nos confirme que vai alterar a forma de financiamento do Conselho, para evitar, tanto quanto possível, o adiantamento de verbas por parte dos Conselheiros.

Conclusões:

- O SECP prometeu estudar, com a maior brevidade, o modo de financiamento do CCP e, sugeriu a possibilidade de adiantamento dos 50% do orçamento como já fez no passado.
- O SECP garantiu aos Conselheiros que um novo método já estará em funcionamento no próximo ano.

Orçamento para as Comunidades

Contexto: O Governo vai entregar ao Parlamento uma proposta de Orçamento de Estado, que contempla também as Comunidades Portuguesas.

Objectivo: Analisar a proposta do Governo e, em caso do orçamento ser considerado insuficiente, solicitar a todos os Grupos Parlamentares que proponham aumentos nestas áreas.

Conclusões:

- O Grupo Parlamentar do PSD garante que a quebra do Orçamento das Comunidades é 5,3%
- O Grupo Parlamentar do PCP diz que o Orçamento para as Comunidades não está co-relacionado com as propostas do Governo.
- O Grupo Parlamentar do PS argumenta que a situação do país está difícil.

Constitucionalização do CCP

Contexto: Há anos que os Conselheiros solicitam que o CCP seja inscrito na Constituição Portuguesa. Temos conhecido bastantes opiniões favoráveis, mas nenhuma acção neste sentido.

Objectivo: Levar, uma vez mais, este assunto aos membros do Governo e aos Grupos Parlamentares.

Conclusões:

- O Conselho Permanente levantou este assunto em todas as reuniões que teve com os Grupos Parlamentares e com a Comissão Parlamentar.
- O Grupo Parlamentar do PSD disse que não recusava a proposta, mas acha que não resolve o principal problema que é o da consulta. Para isso, a solução encontrada pelo PSD é a de passar a tutela do CCP para a Assembleia da República.
- O Grupo Parlamentar do PCP defende a proposta do CCP e acha que o órgão deve ser constitucionalizado. Fez referência à audição pública da Sub-Comissão para as Comunidades na anterior legislatura em que todos os presentes estavam de acordo. Prometeu levantar o assunto na próxima alteração constitucional.
- O Grupo Parlamentar do PS disse que ainda não tomou posição sobre este assunto mas as posições parecem não ser homogéneas. A Deputada Maria Carrilho anunciou não ser, pessoalmente, contra e prometeu que vai tentar conseguir alguma sensibilidade de alteração.
- Também o Deputado Vera Jardim (PS) disse que não se opõe, pessoalmente, à constitucionalização do CCP. “Não penso que haja uma alteração da Constituição para breve, mas quero ouvir a minha bancada sobre este assunto. Para já não me oponho ao vosso anseio”.
- O SECP opõem-se à Constitucionalização do CCP.
- Para o Grupo Parlamentar do CDS/PP, o trabalho do Conselho deve ser valorizado mas não necessita de ter reconhecimento constitucional.

Viagens para os Açores

Contexto: Os Açoreanos que residem no estrangeiro têm reclamado uma tarifação única para as ilhas dos Açores. Em bastantes reuniões de Conselheiros, este assunto foi levantado.

Objectivo: Estabelecer, no Conselho Permanente, um plano urgente de acção para tentar resolver este problema.

Conclusões:

- O Conselho Permanente decidiu escrever rapidamente à Direcção da SATA solicitando a resolução deste assunto.
- Em caso de resposta negativa, uma delegação composta por membros do Conselho Permanente e da Secção Local do CCP dos Estados Unidos (principais afectados) solicitará audiência ao Presidente da SATA, ao Presidente do Governo Regional dos Açores e ao Governo central.

Serviço Militar

Contexto: Há anos que os ex-militares solicitam que o tempo de serviço militar conte para efeitos de reforma.

Objectivo: Ter as garantias de que este assunto está a ser resolvido pelo actual Governo e saber em que data o Governo vai regulamentar a Lei.

Conclusões:

- Os Conselheiros levantaram este assunto junto de todos os Grupos Parlamentares e do SECP.
- O Deputado João Rebelo (CDS/PP) teme que as alterações à Lei que o Governo quer fazer vão atrazar o processo mesmo se essas alterações não dizem respeito à emigração.
- O SECP garantiu aos Conselheiros que este assunto está a ser resolvido e que até já há uma proposta de solução para o problema.
- Entretanto, o SECP fez uma nova consulta ao CCP sobre este assunto.
- O CCP continua a dizer que o problema deve ser alargado aos ex-militares e não apenas aos ex-combatentes, mas o SECP diz que tal não foi ponderado por enquanto.

Ensino da língua portuguesa no estrangeiro

Contexto: O Governo tem anunciado, fraccionadamente, medidas no domínio do ensino do português no estrangeiro.

Objectivo: Que o Governo nos diga qual é a política para o ensino do português que tenciona levar a cabo e de que forma o tenciona fazer.

Conclusões:

- Os Conselheiros levantaram este assunto na Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros e foram aconselhados a pedir audiência à Comissão Parlamentar da Educação e Cultura.
- Os Conselheiros solicitaram ao SECP que diga qual é a política de línguas do Governo, antes de se falar de políticas de ensino.
- O CP solicitou uma reunião conjunta entre o SECP e o Ministério da Educação sobre este assunto.
- O SECP garantiu que não quer acabar com o ensino do português e que os professores destacados serão substituídos por professores contratados. “Haverá respostas às necessidades” garantiu o SECP.
- O SECP continua a defender que a integração do ensino nos curricula dos países de ensino é solução (exemplos recentes da África do Sul e da Venezuela).
- O SECP apresentou a Escola Virtual.

Juventude

Contexto: Uma Conselheira foi designada para fazer parte do Conselho Consultivo da Juventude. A próxima reunião deste Conselho terá lugar no dia 20 de Outubro.

Objectivo: Ouvir o relatório da nossa colega Conselheira (que assiste à reunião). Definir com ela a sua estratégia nesse órgão de consulta.

Conclusões:

- A Conselheira Ana Carla Ferreira explicou como correu a reunião do Conselho Consultivo da Juventude que teve lugar no dia 20 de Outubro.
- O assunto principal em discussão actualmente é o da Lei do Associativismo Juvenil.
- A Conselheira pede ajuda para que sejam tidas em conta, nesta Lei, as associações juvenís das comunidades.

Reestruturação consular

Contexto: O SECP anunciou que, terá em fins de Outubro, uma análise clara sobre a rede mundial de Consulados.

Objectivo: Conhecer as posições do SECP em termos de rede consular. Saber em que ponto estão as negociações com os funcionários consulares para evitar greves que prejudicariam os utentes. Saber que medidas estão a ser tomadas para facilitar o funcionamento e descongestionar os postos consulares.

Conclusões:

- O Grupo Parlamentar do PCP anunciou que está a preparar um Projecto de Resolução para melhorar os serviços externos do MNE. Disse que conta com a colaboração e a opinião dos Conselheiros para este texto.
- O Conselho Permanente pediu ao Secretário Geral do Sindicato dos trabalhadores consulares (STCDE), Jorge Veludo, para explicar as razões que levaram à convocação da greve.
- Interrogado sobre o assunto, o SECP anunciou que a greve tinha sido evitada.
- O SECP deu a conhecer algumas das acções que tem desenvolvido para a “modernização consular” estando a fazer, segundo nos disse, uma “autêntica revolução nas novas tecnologias dos Consulados”: uma página web igual para todos os Consulados, recenseamento, formulários on-line, instrumentos informáticos que tornem o back-office mais rápido.
- O SECP garantiu aos Conselheiros que, dentro de 6 meses, todo este trabalho será visível.
- O SECP disse aos Conselheiros que os Consulados de S. Paulo e de Londres são experiências que devem continuar e anunciou que vai alargar esta experiência de marcação ao Consulado de Nogent-sur-Marne, em França.
- O SECP disse que não está a prever encerrar Consulados mas anunciou que alguns Consulados vão “baixar de categoria”. Anunciou também que vai haver Consulados que podem ser “espaçados no tempo” (uma vez por semana, por exemplo).
- Como o estudo encomendado pelo Governo não está terminado, o SECP não pôde anunciar para já o plano que prevê para a rede consular.
- O SECP continua a não considerar a possibilidade de abertura de concursos para novos funcionários e a recorrer a contratação a termo certo em casos de urgência. Aguarda o estudo da rede para decidir sobre esta matéria.

Passaportes/Bilhetes de Identidade

Contexto: No seguimento de alterações dos Passaportes e Bilhetes de Identidade, o Governo prevê que sua realização passe a ser centralizada em Lisboa.

Objectivo: Conhecedores como ninguém das consequências da centralização dos documentos em Lisboa, queremos que o SECP nos garanta que tal não vai acontecer e que os Centros emissores no estrangeiro serão adaptados, tal como acontece com os do país.

Conclusões:

- O SECP disse que a questão do BI não se coloca por enquanto.
- No que diz respeito ao Passaporte, quando entrar em vigor o novo Passaporte, este terá de ser fabricado em Portugal.
- A fabricação em Portugal será por um período temporário (que se espera curto), até que os Consulados sejam equipados.
- A fase de recolha de dados nos Consulados está garantida, segundo anunciou o SECP.
- Para o envio o SECP promete prazos que não ultrapassem os 15 dias (utilizando sistemas alternativos aos da Mala diplomática, demasiado lentos).

- O SECP garantiu que o Passaporte actual continuará a ser válido e continuará a ser utilizado por quem não se deslocar aos Estados Unidos.

Encontro com a RTP

Contexto: Na última reunião com a RTP tinham sido levantados alguns pontos, a maioria dos quais não foram resolvidos.

Objectivo: Ter correspondentes nos principais países de emigração. Que a RTPi tenha mais produção própria. Que alguns programas da RTPi sejam divulgados no canal 2:.

Conclusões:

- Os Conselheiros solicitaram o reforço de produção própria da RTPi e da RDPi.
- A RTPinternacional anunciou o reforço dos programas Contacto (com infirmação de proximidade). Anunciou também um novo programa apresentado por Paco Bandeira.
- Os Conselheiros solicitaram que haja mais informação sobre as Comunidades nos telejornais da RTP1 e da 2:.. Não nos parece que tal venha a acontecer de imediato.
- A RTPi vai reforçar a sua informação para as Comunidades e estuda a possibilidade de fazer um telejornal diário para a RTPi.

Segurança Social

Contexto: Muito em breve vai reunir o Conselho Consultivo da Segurança Social no qual participam dois dos nossos colegas.

Objectivo: Definir objectivos para essa reunião.

Conclusões:

- Não houve tempo para abordar este assunto.
- Os Conselheiros interessados devem contactar directamente com os Conselheiros Manuel Beja e Inácio Pereira.

Instituto Camões

Contexto: Nas nossas Comunidades temos ouvido constantemente críticas ao funcionamento do Instituto Camões e dos Centros Culturais no estrangeiro.

Objectivo: Definir as linhas gerais de um plano de acção nesse domínio que comporte um futuro encontro com a Presidente deste Instituto.

Conclusões:

- Os Conselheiros que têm este Pelouro vão analisar esta situação.

ICEP

Contexto: Nas nossas Comunidades temos ouvido constantemente críticas ao funcionamento do ICEP e das suas delegações no estrangeiro. No Plenário foram levantados alguns pontos importantes sobre este assunto.

Objectivo: Definir as linhas gerais de um plano de acção nesse domínio que comporte um futuro encontro com o Presidente deste Instituto.

Conclusões:

- Os Conselheiros que têm este Pelouro vão analisar esta situação.

Eleições Presidenciais

Contexto: No quadro das próximas eleições vários são os candidatos que se vão dirigir ao país.

Objectivo: Elaborar uma lista de perguntas muito concretas, sobre as Comunidades Portuguesas, para colocar a todos os candidatos, e levar as Comunidades para o debate público.

Conclusões:

- Não houve tempo para abordar este assunto.

Solidariedade Incêndios em Portugal

Contexto: O CCP abriu uma conta de solidariedade para apoio às vítimas nos incêndios em Portugal.

Objectivo: Decidir a quem devem reverter as verbas angariadas e para que fins vão servir.

Conclusões:

- O Secretariado do Conselho Permanente deve formular propostas no mais curto espaço de tempo.

Áreas de Coordenação - Pelouros

Comissão Língua, Educação e Cultura

Língua, Educação e Cultura

- Rui Paz
- José Figueiredo

Associativismo e Juventude

- Laurentino Esteves

Comunicação Social

- Carlos Pereira

Comissão Assuntos de Cidadania

- Alcides Martins
- António Almeida e Silva

Assuntos Consulares

- José Pereira Coutinho
- António Pires

Comissão Assuntos Sociais e Laborais

- Manuel Beja
- Eduardo Dias
- Inácio Pereira

Comissão Envolvência na Diplomacia Económica

- José Morais
- Manuel Coelho
- José Luís Ferreira

Serviço Militar

- Eduardo Dias

Assuntos Europeus

- Eduardo Dias

Resposta à consulta do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas sobre a alteração à Lei do CCP
Documento de trabalho / Não definitivo

0. Preâmbulo

O Conselho das Comunidades Portuguesas congratula-se pelo facto do Governo ter decidido auscultar os Conselheiros sobre uma possível alteração da Lei do CCP.

Esta consulta do CCP não seguiu os seus trâmites legais que seria: reunião das Secções Locais, reunião dos Conselhos Regionais e só depois, reunião do Conselho Permanente. Técnica, só teríamos uma resposta no próximo ano!

Assim, a posição do Conselho, foi elaborada pelo Conselho Permanente depois de ter sido solicitada a todos os Conselheiros a sua opinião sobre esta matéria e tomando em consideração o Manifesto aprovado aquando da última reunião Plenária.

Os Conselheiros consideram que o Conselho das Comunidades Portuguesas deve ser constitucionalizado.

Esta opinião tem sido expressa por unanimidade dos Conselheiros nos anteriores Plenários. E várias personalidades (e alguns constitucionalistas), de vários quadrantes políticos, já se têm pronunciado para que o CCP se inscreva na Constituição da República Portuguesa. A sub-Comissão dos Negócios Estrangeiros, na anterior legislatura fez uma auditoria sobre este assunto da qual resultam muitas opiniões favoráveis e os Conselheiros esperam dos Deputados, a coragem e a determinação para o fazerem.

O Conselho admite, no entanto, esta consulta do Governo.

Tem sido prática corrente, cada vez que muda o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, que se façam alterações à Lei. Por vezes nem é dado tempo para tirar conclusões concretas necessárias a qualquer alteração.

A última alteração da Lei do CCP foi introduzida em 2002.

Por isso, pensamos que não deve haver precipitações na apresentação da proposta de Lei do Governo. Promovemos que este seja o início de um trabalho de reflexão conjunta, entre Conselheiros e Secretaria de Estado.

Assim, este documento deve ser considerado como ainda incompleto e apenas tece tendências que devem ser discutidas mais aprofundadamente.

1. Definição e competências do CCP:

Desde a definição e competências do Conselho, a Lei deve estipular algumas cláusulas de obrigatoriedade de consulta dos Conselheiros, pelo menos por parte dos membros do Governo, sempre que apresentem textos na Assembleia da

República. Se estes dizem respeito às Comunidades Portuguesas, deve ser obrigatória uma consulta prévia ao Conselho.

Consideramos também, que tendo em consideração a evolução das próprias Comunidades, o CCP deve ser um órgão de representação de toda a Comunidade e não apenas das Organizações não-governamentais. Aliás, a composição do próprio Conselho mostra já hoje essa heterogeneidade que está mais adaptada à situação actual. O Conselho concorda pois com a definição de que o CCP é o órgão representativo dos Portugueses residentes no estrangeiro e não apenas das ONG's.

2. Composição do CCP:

O Conselho das Comunidades Portuguesas rejeita determinantemente que este órgão passe a ser composto por membros eleitos e membros nomeados.

Considerando os valores fundamentais da Democracia (e da eleição por sufrágio universal que lhe foi dado pelo legislador), consideramos que não há nenhum valor acrescido o facto de se nomear Conselheiros, que farão parte do Conselho, sem terem sido escolhidos pela Comunidade e sem terem o mesmo grau de participação.

A escolha de Conselheiros por sufrágio universal parece-nos não poder ser posta em causa por nenhuma nomeação.

Além do mais, seria difícil fazer coabitar no mesmo CCP, Conselheiros eleitos e Conselheiros nomeados, pondo-se constantemente em causa a legitimidade de uns em relação à dos outros.

A preocupação do Governo de ver representados no CCP, Portugueses originários da Madeira, dos Açores, luso-eleitos e dirigentes associativos também é a nossa.

Mas, a nomeação de Conselheiros entre os dirigentes associativos e os luso-eleitos não faz qualquer sentido nem responde a nenhuma carência actual já que entre os actuais membros do CCP, há bastantes dirigentes associativos e luso-eleitos, desde Deputados a eleitos em Câmaras Municipais. Não se justifica pois a proposta do Governo.

Assim como já fazem parte do actual Conselho, Conselheiros originários das regiões autónomas da Madeira e dos Açores, muito naturalmente, até pela composição das próprias Comunidades. Também aqui não tem havido carência de representação.

Por outro lado, o Conselho considera que a proposta de redução do número de Conselheiros eleitos, não responde a uma preocupação de representatividade local, como expressa nas intenções do Governo.

A dimensão local do Conselho é tida pelos Conselheiros como fundamental. Deve mesmo ser aumentado o número de Conselheiros, para uma melhor cobertura geográfica mundial. Ainda há zonas geográficas que não têm, actualmente, Conselheiros eleitos.

3. Eleição do CCP:

A proposta do Governo das listas candidatas serem apresentadas por 1/25 de eleitores inscritos no círculo eleitoral parece-nos completamente irrealista. Há um rigor excessivo nesta proposta que dificultará uma participação mais alargada. É

necessário tomar em consideração que, nas Comunidades, os Portugueses estão por vezes bastante dispersos e obter uma lista com 100 eleitores já é bastante difícil.

O CCP concorda com as propostas do Governo em matéria de elegibilidade, sobretudo a incompatibilidade com a titularidade do cargo de membro do Conselho o exercício, em regime de destacamento ou requisição, de qualquer actividade profissional que se encontre sob tutela do Estado português.

4. Mandato dos Conselheiros:

O Conselho das Comunidades Portuguesas concorda com o princípio da introdução de novas causas de perda de mandato.

Há efectivamente um problema actual, no que diz respeito a Conselheiros que já não participam e que estão constantemente ausentes das reuniões do CCP. Uma solução de desbloqueamento deve ser encontrada para evitar o arrastamento de situações em que os suplentes não podem assumir as suas funções por não demissão dos membros efectivos que se encontram inactivos.

5. Deveres, direitos e incompatibilidades dos conselheiros:

O Conselho aprova a iniciativa de criar um Estatuto dos Conselheiros onde se consagram um conjunto de deveres, direitos e incompatibilidades. O Conselho está disponível para trabalhar, com o órgão de tutela, na elaboração do Estatuto do Conselheiro.

As reuniões previstas com quadros das Embaixadas são de grande importância, mas deve ser acrescida de reuniões regularmente marcadas com os Cônsules e os Embaixadores de Portugal segundo os círculos eleitorais dos Conselheiros.

Também consideramos importante que esteja prevista na Lei o direito que assiste aos Conselheiros de solicitar por escrito, através do órgão de Governo que o tutela, informações aos diversos serviços de Estado. Deve no entanto também constar a obrigatoriedade da resposta e fixar os prazos com que a mesma deve ser dada.

Neste quadro, a próxima Lei deve prever a existência de um Gabinete de Apoio ao Conselho das Comunidades, com pessoal técnico competente e suficiente, directamente dependente do Conselho Permanente e cuja função seja a de assessorar tecnicamente e secretariar os Conselheiros. Há determinadas funções que ultrapassam as fronteiras do voluntariado.

Este é um requisito indispensável para um funcionamento minimamente eficaz e imprescindível à autonomia administrativa do Conselho.

6. Organização do CCP:

Pensamos que a actual estrutura do CCP (Secções Locais, Conselhos Regionais e Conselho Permanente) deve ser mantida.

Estamos disponíveis para encontrar modos de funcionamento com mais flexibilidade e eficácia.

Os Conselheiros discordam que seja eliminado, na estrutura do CCP, os Conselhos Locais e propõem mesmo que estas estruturas sejam reforçadas, tendo em consideração a sua importância.

A presença local de Conselheiros permite uma maior representação da Comunidade e um trabalho que julgamos útil, junto dos postos Consulares e das Embaixadas. Aliás, esta estrutura está em concordância com as reuniões regulares que os Conselheiros terão com os Cônsules e os Embaixadores, já anteriormente evocados, e propostos pelo Governo.

O funcionamento do Conselho Permanente também deve ser reforçado com Comissões temáticas (aliás, os temas das ditas Comissões já estão previstas no Manifesto que o CCP aprovou recentemente).

7. Conselho da Juventude das Comunidades Portuguesas:

Compreendemos a preocupação que o Governo tem em querer ter uma maior representatividade de jovens no Conselho das Comunidades Portuguesas. Essa também é a nossa preocupação.

Mas discordamos da criação de um Conselho “paralelo” da Juventude.

Parece-nos ser um erro capital e demonstração evidente de ausência de uma visão conjunta do que é, na realidade, uma política global para as Comunidades que promova e defenda a conservação das língua, cultura e identidade portuguesas, ao separar/dissociar dessa política os projectos da primeira geração dos das novas gerações de lusodescendentes.

8. Financiamento:

É fundamental que a próxima Lei do CCP resolva um problema que tem sido recorrente e que é o financiamento do funcionamento do Conselho.

Não podemos conceber que o Legislador crie um órgão de consulta sem lhe dar os meios para ele funcionar. E também não podemos conceber um Conselho consultivo em que os seus membros devem anualmente solicitar/mendigar fundos para que o mesmo órgão funcione.

Assim, parece-nos judiciousa a ideia de “indexar” o orçamento do Conselho a um valor do Orçamento de Estado.

Por outro lado, é importante que a próxima Lei preveja o modo de pagamento das despesas do Conselho. Não é natural que os membros deste órgão de consulta tenham de avançar do seu próprio bolso, as despesas com o funcionamento do Conselho. O Governo tem de encontrar uma solução para este problema, sobejamente evocado pelos Conselheiros.

9. Disposições transitórias e entrada em vigor:

Concordamos com a preocupação do Governo de não quebrar dinâmicas criadas pelo actual Conselho e de apenas fazer entrar em vigor a próxima Lei do CCP, para as próximas eleições.

Lisboa, 28 de Outubro de 2005